

Políticas Econômicas e Contemporâneas

JOSÉLIA ELVIRA TEIXEIRA



Caros alunos,

Esse ebook é um pdf interativo. Para conseguir acessar todos os seus recursos, é recomendada a utilização do programa Adobe Reader 11.

Caso não tenha o programa instalado em seu computador, segue o link para download:

<http://get.adobe.com/br/reader/>

Para conseguir acessar os outros materiais como vídeos e sites, é necessário também a conexão com a internet.

O menu interativo leva-os aos diversos capítulos desse ebook, enquanto as setas laterais podem lhe redirecionar ao índice ou às páginas anteriores e posteriores.

Nesse *pdf*, o professor da disciplina, através de textos próprios ou de outros autores, tece comentários, disponibiliza links, vídeos e outros materiais que complementarão o seu estudo.

Para acessar esse material e utilizar o arquivo de maneira completa, explore seus elementos, clicando em botões como flechas, linhas, caixas de texto, círculos, palavras em destaque e descubra, através dessa interação, que o conhecimento está disponível nas mais diversas ferramentas.

Boa leitura!

SUMÁRIO



Apresentação

Caros Acadêmicos:

Este *e-book* foi elaborado para servir de suporte no estudo da disciplina de Políticas Econômicas e Contemporâneas. Nele o aluno poderá estudar alguns conteúdos abordados durante a disciplina e tem o objetivo de apresentar o conceito de Política Econômica e os principais instrumentos que são utilizados para estabilidade econômica e que podem favorecer o desenvolvimento socioeconômico do país. Você entenderá o funcionamento dos principais instrumentos de Política Monetária, como a emissão de moeda e a fixação da taxa de juros impacta na economia, bem como, a imposição de recolhimentos compulsórios pelos bancos e a taxa de redesconto são utilizadas como forma de criar e destruir dinheiro de circulação. Além disso, veremos as implicações da política cambial, fiscal e de rendas são fundamentais para compor a política econômica do país.

Portanto, aprofundar o conhecimento teórico em Políticas Econômicas contribuirá para você compreender as perspectivas para a economia brasileira e para as instituições públicas e privadas que são diretamente afetadas pela política econômica.

Boa leitura!

1. Política Econômica

O Estado pode utilizar-se de uma série de instrumentos com a finalidade de ajustar a economia, propiciar o crescimento e desenvolvimento do país. Dependendo de como os formuladores de política econômica compreendem os fenômenos econômicos, nós também poderemos identificar mais intervenção do Estado nas atividades econômicas e políticas sociais ou menor interferência na condução das atividades econômicas. Essas decisões políticas têm interferência direta na vida daqueles que participam das várias esferas públicas: União, estados e municípios. Assim como a forma de condução da política econômica pode elevar a qualidade de vida de toda a população ou propiciar mais pobreza e redução de bem-estar.

Você já se perguntou:

Quais são as funções do Banco Central do Brasil?

Se a taxa de juros foi reduzida, por que a taxa de juros do cartão de crédito e do cheque especial continuam tão altas?

Se os bancos concedem empréstimos para as pessoas, quem concede empréstimos aos bancos?

Se os impostos aumentarem o que acontece com a economia do país? Mas se reduzir os impostos como aumentar a receita para o Estado fornecer os serviços públicos como saúde, educação e segurança?

Quando o governo lança programas que promovem a renda do trabalhador isso é prejudicial para os empresários?

Mas se o valor do dólar aumentar qual impacto para o cidadão comum que não vai ao exterior?

Algumas pessoas podem até pensar que algumas dessas questões não possuem nenhuma relação com suas vidas. Entretanto, todas essas questões de alguma forma têm algum efeito em sua vida, mesmo você não se dando conta. E é a política econômica que vai te responder como cada uma dessas questões se relaciona com a sua vida.

As principais políticas econômicas estão apresentadas no quadro 1 a seguir:

Quadro 1 - Tipos de Política Econômica

Política Econômica	Atribuição
Política Monetária	Gestão da moeda e do crédito. Operações de emissão e controle de moeda, decisões sobre seu curso forçado. Atuação, via moeda, na vida econômica, organizando sistema monetário e bancário que respondam às necessidades da economia.
Política Fiscal	Define e aplica impostos e taxas sobre os agentes econômicos com base na Receita Fiscal. Define os gastos do Governo e influi na política monetária, em especial, no fluxo de caixa e na concessão de crédito dos agentes econômicos.
Política cambial	Define o valor externo da moeda e controla os fluxos de moeda estrangeira.
Políticas de rendas	Controla os fatores de produção como salários, encargos, distribuição de resultados da atividade econômica, sistemas de preços, etc.

Fonte: CAVALCANTE; MISUMI; RUDGE (2005, p. 4).

Embora tenha se destacado no pensamento econômico atual o monetarismo ortodoxo que compreende que a política monetária é a principal responsável pelas flutuações quanto pela estabilidade da economia, a política monetária não é a única que interfere e apresenta instrumentos para o controle da política econômica. Por mais forte que seja essa tendência nas instituições governamentais que formulam a política econômica, deve ser ressaltado o papel da política fiscal, que abrange os diferentes tributos e gastos governamentais, a política de rendas que apresentam controles diretos sobre as remunerações dos fatores (como salários, royalties, lucros, dividendos e lucros), sobre os preços dos produtos finais e intermediários e sobre as condições de concorrência; e por fim a política cambial que apresenta a capacidade de intervir nas taxas de câmbio. Todas essas políticas combinadas constituem a política econômica de um país que pode atingir o objetivo de estabilidade da economia, com crescimento e desenvolvimento, mas isto depende de como estes instrumentos sejam administrados (LOPES; ROSSETTI, 1998).

A política econômica atua principalmente sobre a circulação de moeda na economia, buscando controlar as taxas de inflação ou evitar uma recessão econômica. Mas antes vamos falar um pouco como são classificados os meios de pagamento ou agregados monetários. Utilizamos o conceito de agregados monetários para mensurar a quantidade de moeda de um país. Esses ativos estão agregados de acordo com a sua liquidez (MONTORO FILHO; TROSTER, 2001).

Existem vários ativos como depósitos a prazo, bônus do Banco Central, caderneta de poupança, entre outros que são considerados ativos. Estes ativos, muitas vezes, apresentam características da moeda numa ótica mais abrangente. Tais ativos recebem a denominação de quase-moedas, pela facilidade serem convertidos em moeda, pois possuem alta liquidez. Cada país conceitua agregados monetário de acordo com a liquidez desses ativos. Vejamos no quadro 2, como é feita essa classificação dos agregados monetários. M0 também é chamado de moeda manual ou moeda corrente, pois é o estoque de moeda que fica em mãos das pessoas ou das empresas. O M1 incluem os depósitos na conta corrente nos Bancos Comerciais e também pode ser denominado como moeda escritural ou bancária. M0 e M1 são os meios de pagamento de liquidez imediata e não rendem juros. M2, M3 e M4 rendem juros aos seus aplicadores e incluem as quase-moedas.

Quadro 2 - Agregados Monetários (Meios de pagamentos)

M0	Moeda em poder do público (papel-moeda e moedas metálicas)
M1	M0 + depósitos à vista nos bancos comerciais
M2	M1 + fundos do mercado monetário + títulos públicos em poder do público
M3	M2 + depósitos de poupança
M4	M3 + títulos privados (depósitos a prazo e letras de câmbio)

Fonte: Montoro Filho e Troster (2001, p. 345).

O Banco Central apresenta os agregados monetários todos os meses. Além disso, o Banco Central (BACEN) possui três funções principais, de acordo com Montoro Filho e Troster (2001):

- a) Banco dos Bancos: O Bacen pode receber fundos dos bancos comerciais e transferir de um banco para outro. Esta última função é desempenhada pela Câmara de Compensação de Cheques.
- b) Banco do Governo: O governo deposita grande parte dos seus fundos no BACEN, e quando precisa de dinheiro, ele emite títulos (obrigações) e o libera para a venda ao público ou ao BACEN. As vendas destes títulos são efetuadas pelo BACEN, assim, este é o agente financeiro do governo.
- c) Executor da Política Monetária: O BACEN tem o controle da oferta monetária, ou seja, por emissão de moeda ou por outros instrumentos de política monetária.

Agora, você precisa compreender como atua a política monetária e quais são estes instrumentos que o governo usa para controlar a oferta monetária.

Figura 1 - Banco Central do Brasil (em Brasília)

Curiosidade:

Quando foi fundado o Banco Central do Brasil?

“Em dezembro de 1964, a Lei nº 4.595 cria o Banco Central do Brasil, autarquia federal integrante do Sistema Financeiro Nacional (SFN). O Banco Central iniciou suas atividades em março de 1965, uma vez que o art. 65 da Lei nº 4.595 estabeleceu que a Lei entraria em vigor 90 dias após sua publicação. Após a criação do Banco Central buscou-se dotar a instituição de mecanismos voltados para o desempenho do papel de “banco dos bancos”. Em 1985 foi promovido o reordenamento financeiro governamental com a separação das contas e das funções do Banco Central, Banco do Brasil e Tesouro Nacional. Em 1986 foi extinta a conta movimento e o fornecimento de recursos do Banco Central ao Banco do Brasil passou a ser claramente identificado nos orçamentos das duas instituições, eliminando-se os suprimentos automáticos. O processo de reordenamento financeiro governamental se estendeu até 1988, quando as funções de autoridade monetária foram transferidas progressivamente do Banco do Brasil para o Banco Central, enquanto as atividades atípicas exercidas por esse último, como as relacionadas ao fomento e à administração da dívida pública federal, foram transferidas para o Tesouro Nacional”.

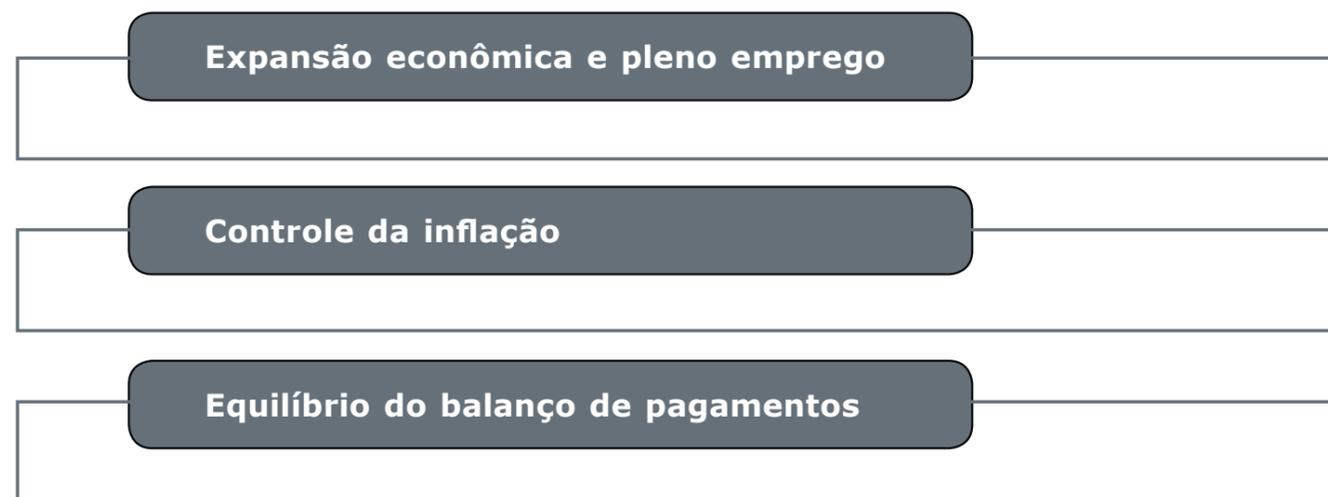
Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL. História do BC.

[Leia o texto sobre a História do BC na íntegra](#)

2. O que é Política Monetária?

“A política monetária é um tipo de política econômica que controla a quantidade de dinheiro em circulação, das taxas de juros e do crédito de um país, através de uma autoridade monetária” (DICIONÁRIO FINANCEIRO, 2019).

A política monetária se bem aplicada ela contribui para atingir as seguintes metas macroeconômicas, de acordo com Cavalcante, Misumi e Rudge (2005, p. 5):



Por meio da política monetária o Estado pode controlar a emissão de moeda para estimular as atividades econômicas; contrair a oferta monetária quando surgem tendências de desvalorização da moeda; e avaliar a moeda comparando com outras como política comercial para estimular a exportação (CAVALCANTE; MISUMI; RUDGE, 2005).

O Estado atua com os instrumentos de política de moeda para aumentar ou reduzir a circulação de moeda em poder do público de acordo com os objetivos econômicos pretendidos pelo governo. A oferta de moeda se dá por meio do Banco Central que possui o monopólio da emissão de moeda e por meio dos bancos comerciais, por meio dos depósitos à vista.

Outros conceitos importante para compreender a oferta monetária e como a política monetária atua são os conceitos de “criação” e “destruição” de moeda.

Quando aumentar o volume de moeda manual ou moeda escritural têm-se criação de moeda. Por outro lado, se observa-se a redução do volume dos meios de pagamentos haverá destruição de moeda. Analise os exemplos dados por Montoro Filho e Troster (2001):

Figura 2 - Exemplos de criação e destruição de moeda

	<p>Um indivíduo realiza um depósito à vista: não há nem criação nem destruição de moeda, e sim uma conversão de moeda manual para moeda escritural.</p>
	<p>Um indivíduo realiza um depósito à prazo:</p> <ul style="list-style-type: none">• Existe destruição de meios de pagamento, pois depósitos a prazo não são considerados meios de pagamento, no sentido estrito (M1).
	<p>Um banco compra títulos da dívida pública possuídos pelo governo, pagando em moeda corrente:</p> <ul style="list-style-type: none">• A criação (ou destruição) de moeda manual corresponde, assim, a um aumento (ou diminuição) de moeda manual em poder do público (essas operações são chamadas de Mercado Aberto ou Open Market).

Fonte: Elaborada a partir de dados de Montoro Filho e Troster (2001, p. 350).

Os bancos comerciais também podem criar e destruir moeda por meio de suas transações?

Quando um indivíduo faz um depósito à vista em um banco comercial, o banco recebe e terá que disponibilizar a quantia depositada quando solicitada pelo depositante. Essas quantias atualmente são requeridas por meio de cheques e por cartão eletrônico de débito, assim somente uma parcela de todos os depósitos dos usuários do banco é utilizada para movimentação do dia-a-dia do banco, o que lhe resta um montante para realizar empréstimos. Uma parte desses depósitos são retidos pelo banco como reservas para a realização de suas movimentações e garantir o funcionamento do sistema, são as reservas voluntárias. O Banco Central também exige que o banco reserve um percentual do montante de depósitos, são as reservas obrigatórias, o restante os bancos efetuam esses empréstimos criando dinheiro. Vamos entender como funciona o multiplicador monetário, para isto acompanhe a explicação pautada em Montoro Filho e Troster (2001).

- Suponhamos que os bancos comerciais mantenham uma parcela de $r\%$ dos seus depósitos como reservas, e emprestem o restante $(1 - r)\%$ ao público

Sendo que:

- r = taxa de reservas ou encaixes bancários (relação reservas-depósitos)
- Suponhamos que o público decida reter $c\%$ do total dos seus ativos monetários em moeda manual, não depositada nos bancos.

- c = Taxa de retenção do público em relação ao total dos meios de pagamento.

Agora suponhamos que seja feito novo depósito do Banco A:

- Este banco fica com $r\%$ como reserva, e empresta $(1 - r)\%$ ao público. Já nesta etapa, aumentou a moeda escritural, pois parte do depósito inicial foi emprestada a terceiros, criando mais moeda escritural, o que já representa um aumento dos meios de pagamento.
- O público, recebendo $(1 - r)$, guardará $c\%$ como moeda manual, e depositará o restante, $(1 - c)\%$ de $(1 - r)\%$ no Banco B.
- O Banco B reterá $r\%$ de $(1 - c)(1 - r)$ e emprestará $(1 - r)$ de $(1 - c)\%$ de $(1 - r)^2(1 - c)$ ou seja $(1 - c)^2(1 - r)^2$. O processo continua, até a expansão monetária tende a cessar na n -ésima etapa.

Ao final, tem-se uma típica progressão geométrica de razão:

- $(1 - c)(1 - r)$, denominando o m de **multiplicador monetário**, chega-se a fórmula de PG:

$$M = \frac{1}{1 - (1 - c)(1 - r)}$$

- O multiplicador monetário varia inversamente em relação à taxa de reservas ou à taxa de retenção do público.
- Quanto mais os bancos forem obrigados a reter em caixa (maior r), menos eles poderão emprestar ao público e menor a expansão monetária.
- Quanto maior a taxa de retenção do público (maior c), menos será depositado nos bancos e contarão com menos depósitos para repassar a outros clientes.

O fundamental do mecanismo do multiplicador é que para uma dada expansão inicial de depósitos, o sistema bancário será capaz de efetuar uma expansão múltipla de moeda escritural. O Banco Central controla a base monetária, e dessa forma controla os demais agregados (MONTORO FILHO; TROSTER, 2001). O controle da base monetária é realizado por meio dos instrumentos de política monetária. Agora que você entendeu que o Banco Central pode executar a política monetária por meio da emissão de moeda e os bancos comerciais também podem criar moeda (mesmo não podendo emitir moeda) seguimos com a explanação dos demais instrumentos de política monetária.

Fique atento:

Política monetária expansionista

Na política monetária expansionista, o Banco Central aumenta a oferta de moeda ao país, pode ser por meio da diminuição das taxas de juros com o objetivo de crescer a economia e expandir o consumo.

Essa prática reflete na demanda por bens e serviços que se elevam com as taxas de juros mais baixas. As empresas tomam mais empréstimos para atender a demanda por bens e serviços.

Qual é o problema? Se a oferta não é toda suprida, pode causar aumento dos preços, e gerar um aumento da inflação.

A política expansionista tem como vantagem a expansão da economia, diminuição do desemprego, porém, a desvantagem de manter o país sujeito à inflação.

Política monetária contracionista

A política monetária contracionista é realizada quando acontece o inverso, ou seja, a diminuição do PIB e do consumo dentro de uma economia.

O Banco Central aumenta a taxa de juros, reduzindo a moeda dentro do fluxo econômico e, com isso, a redução da inflação devido a diminuição da demanda.

Fonte: DICIONÁRIO FINANCEIRO. **O que é política monetária?**

Acesse o texto [O que é política monetária?](#) na íntegra

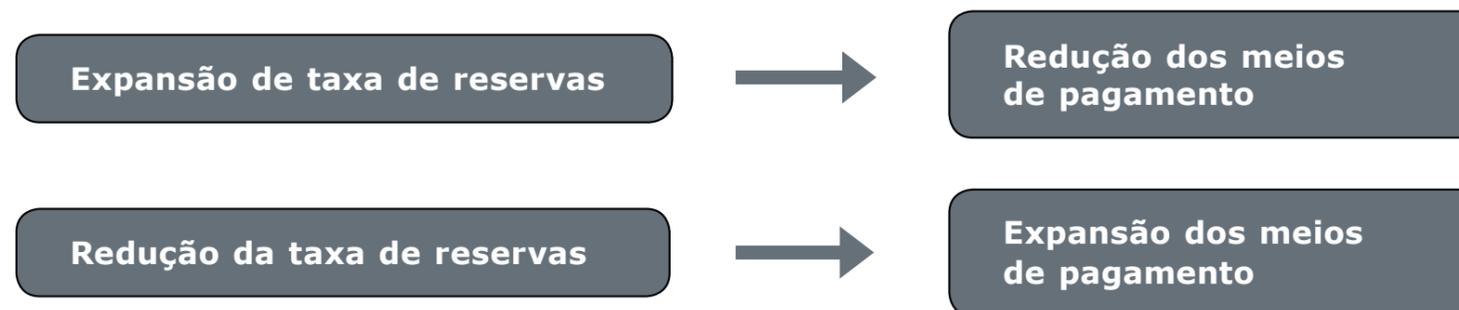
2.1. Reservas compulsórias

As reservas compulsórias ou recolhimento é mais um instrumento de controle da liquidez que o Banco Central pode usar para combate da inflação e estabilização financeira. Quando um indivíduo vai ao banco e faz um depósito à vista, parte deste valor é recolhido de todos os correntistas que o banco deve manter retido no BACEN. Em épocas de crises, como aconteceu com a crise de 2008, os bancos podem utilizar desses recursos, tratam-se de “colchões de liquidez”. Essa exigência do recolhimento compulsório é uma medida de salva guarda para evitar possíveis calotes das instituições financeiras, ou seja, emprestar além do que captou e para a sua movimentação cotidiana (BACEN, 2019). “O compulsório é calculado sobre depósitos à vista e o *float* bancário (recursos em trânsito de terceiros, depósitos sob aviso, cobrança e arrecadação de tributos e cheques administrativos)” (CAVALCANTE; MISUMI; RUDGE, 2005, p. 10).

Como impacta na liquidez de moeda o aumento ou redução do percentual das reservas compulsórias pelos bancos?

Como pode ser observado na figura 3, se o Banco Central aumenta o percentual exigido para recolhimento pelos bancos isso reduz a capacidade de empréstimos dos bancos, o que reflete na redução dos meios de pagamentos. Se o Bacen reduz o percentual de recolhimento, isso expande os meios de pagamentos por meio de maior disponibilidade de empréstimos dos bancos para os usuários.

Figura 3 - Recolhimento compulsório



Fonte: Lopes e Rossetti (1998, p. 258).

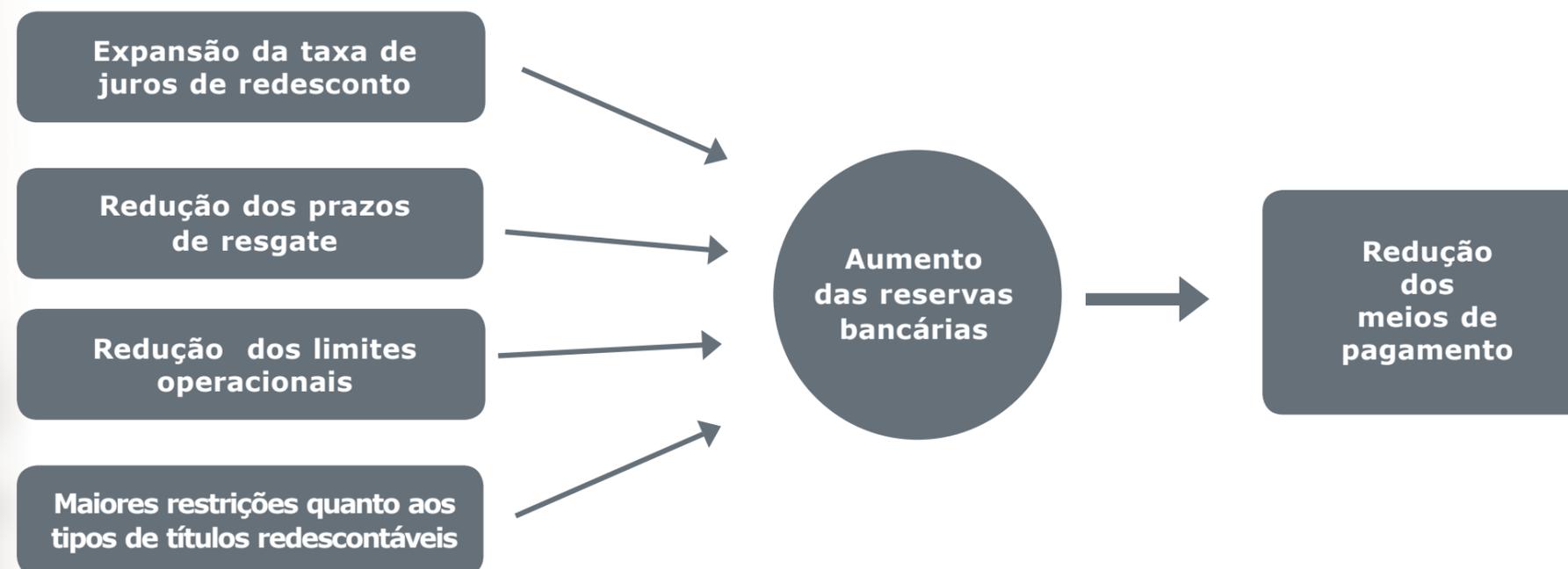
De acordo com o Banco Central, a taxa de recolhimento de depósitos a vista em junho de 2019 está em 21%, para poupança está determinado 20% e recursos a prazo 31% (BACEN, 2019).

2.2. Redesconto ou empréstimo de liquidez

Às vezes os bancos podem apresentar problemas temporários de liquidez, por não ter recursos em caixa para sua movimentação diária. O banco comercial pode recorrer a outro banco (mercado interbancário), quando isso acontece. O Banco Central é um emprestador de última instância, e concede empréstimos de curto prazo, impondo uma taxa elevada, por um dia. Essa medida tem caráter punitiva, para que os bancos tenham a prática de se precaver diariamente nas suas políticas de crédito, diminuindo o crédito aos usuários e diminuindo, assim, os meios de pagamento (BERCHIELLI, 2000).

Em outras palavras, o Banco Central é o banco dos bancos descontando títulos dos bancos comerciais a uma taxa prefixada para atender à solicitação do banco com problemas. Como os bancos podem recorrer a empréstimos de outros bancos, essa medida de recorrer ao redesconto é considerada extremada. Se o Bacen expande a taxa de juros para essas operações, diminuiu os limites operacionais e a imposição de maiores restrições quanto aos títulos aceitos para redesconto são formas que levarão à redução dos meios de pagamento. Se o Bacen deseja expandir os meios de pagamento as medidas são opostas (Figura 4) (LOPES; ROSSETTI, 1998):

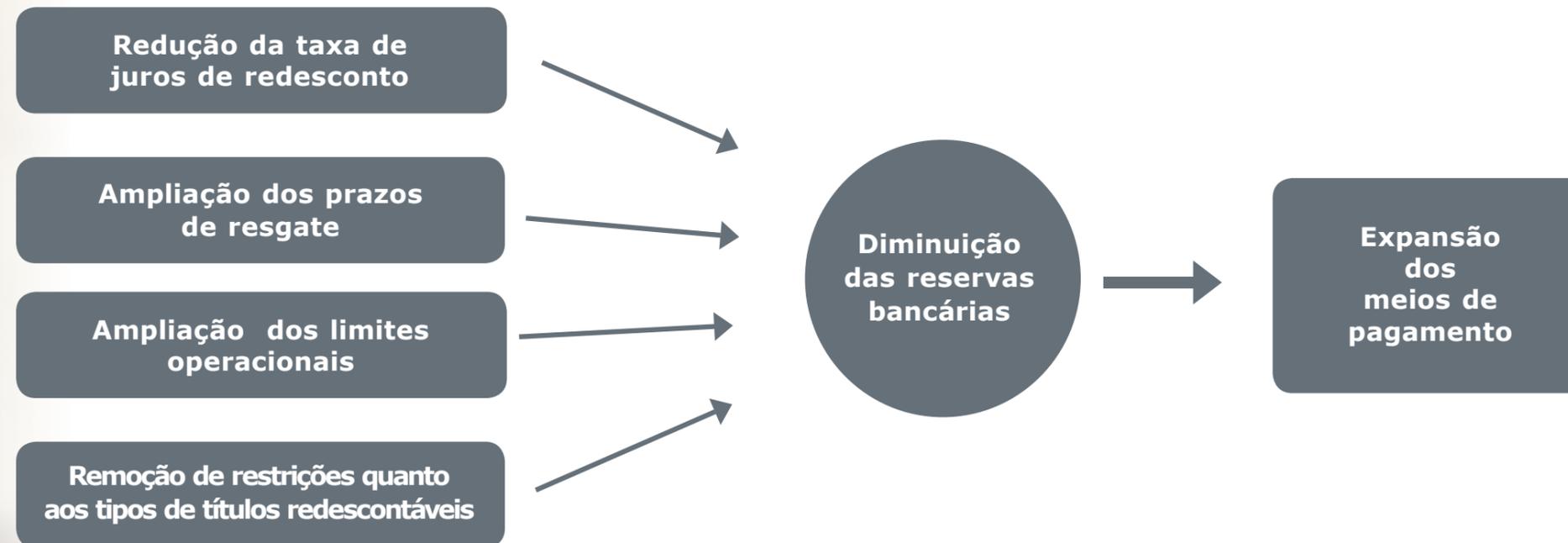
Figura 4 - Impactos do Redesconto praticado pelo BACEN nos meios de pagamento visando uma política contracionista



Fonte: Lopes e Rossetti (1998, p. 261).

Quando o Banco Central deseja operar uma política monetária expansionista, as medidas são de redução da taxa de juros, ampliação dos prazos e limites operacionais e remoção de restrições quanto aos tipos de títulos redescontáveis. Observe a figura 5:

Figura 5 - Política expansionista do BACEN por meio do Redesconto



Fonte: Lopes e Rossetti (1998, p. 261).

O redesconto é operado nas seguintes formas apresentadas no quadro 3:

Quadro 3 - Operações de redesconto

Intralimite	Fixado para cada banco em função dos saldos médios dos depósitos totais.
Extralimite	Acima do limite, as taxas mais elevadas, podendo ser taxas punitivas.
Seletivamente	Usado para refinarçar operações de longo prazo, de interesse do governo.
Crédito Seletivo	Não usado no Brasil, é mais utilizado em operações de refinanciamento.

Fonte: Cavalcante; Misumi; Rudge (2005, p. 11).

2.3 Operações de Mercado Aberto (Open Market)

O Banco Central realiza operações de compra e venda de títulos governamentais possuídos pelo público. A ideia de expansão e contração de economia parte do princípio de quando o Bacen vende títulos e os indivíduos efetuam esses pagamentos, estes o fazem por meio de depósitos em bancos comerciais. Estes depósitos terão uma parte recolhidos e outra parte pago ao Bacen, e isto faz com reduza as reservas dos bancos e diminua o efeito multiplicador.

Observe o quadro 4 as funções do Open Market descritas nele:

Quadro 4 - Funções do Open Market

Ponto de vista de	Funções
Banco Central	<ul style="list-style-type: none">- Adequar continuamente o volume dos meios de pagamento às necessidades da economia, atuando no curto prazo com títulos com efeito de quase-moeda.- Regular a taxa de juros.- Antecipar ações para controle da liquidez.
Instituições Financeiras	<ul style="list-style-type: none">- É reserva secundária de alta liquidez.- Ajusta instantaneamente sua própria liquidez.- Remunera disponibilidades de curtíssimo prazo.
Empresas	<ul style="list-style-type: none">- Induz à aplicação de recursos ociosos de curtíssimo prazo.- Otimiza a administração do caixa.

Fonte: Cavalcante; Misumi; Rudge (2005, p. 12).

As operações de mercado aberto funcionam diariamente por meio de uma rede nacional de negociadores de títulos públicos, denominados de dealers. Semanalmente, o Tesouro Nacional emite títulos e é leiloado entre esses dealers (CAVALCANTE; MISUMI; RUDGE, 2005).

3. Formação da taxa de Juros

A Taxa de Juros Básica é determinada pelo Banco Central por meio das decisões do Comitê de Política Monetária do Banco Central (COPOM). O Copom estabelece as linhas que a política monetária será direcionada e define a taxa de juros, com o objetivo de controlar a inflação de acordo com a meta estabelecida.

O Copom é presidido pelo Presidente do Banco Central e se reúne com mais oito membros da Diretoria Colegiada do Bacen, para definir a taxa de juros que é uma meta para a SELIC, que passa a ter vigência entre essas reuniões que são realizadas desde 2006, oito vezes ao ano, com espaço de aproximadamente a cada seis semanas, são realizadas em dois dias. A primeira seção começa na tarde de terça-feira, e a reunião é concluída no fim da tarde do dia seguinte (BACEN, 2016). “A taxa SELIC é a taxa média ajustada dos financiamentos diários, com lastro em títulos públicos, apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic)” (CAVALCANTE; MISUMI; RUDGE, 2005, p. 14). As operações da taxa Selic são liquidadas em dinheiro, o sistema funciona a partir das operações de mercado aberto, no qual o Bacen compra ou vende títulos ou reservas, através dos leilões eletrônicos.

A tendência para os juros é de queda quando o BACEN eleva a quantidade de dinheiro em circulação na economia, e se o BACEN reduz a quantidade de dinheiro a tendência é de elevação do custo do dinheiro, ou seja, aumenta a taxa de juros, e a SELIC serve de referência para remunerar o custo do dinheiro para as operações no mercado financeiro. De acordo com Cavalcante; Misumi; Rudge (2005, p. 14) a taxa Selic:

Ela influi na taxa básica de juros do setor privado, a taxa CDI (certificados interbancários). Outros fatores – nos quais as decisões oficiais têm elevado peso – formarão o mercado futuro de taxa de juros, negociado na Bolsa Mercantil e de Futuros (BMF) para prazos mais longos, o qual, por sua vez, influencia a fixação dos juros dos CDBs (Certificados de Depósitos Bancários).

Esta última taxa, acrescida do custo dos impostos, custos bancários e margem de lucro, é que vai determinar quanto as instituições financeiras cobrarão de juros em suas diferentes carteiras de empréstimos ao setor empresarial e ao consumidor final. Como pode-se observar, a partir da taxa de juros definida no Copom é formada toda a estrutura de juros na economia.

A taxa Selic é diferente da taxa de juro legal, aquela determinada como o juro autorizado por lei, previsto no Código Civil e fixada de acordo com a taxa que estiver vigorando para a mora do pagamento do imposto devido na Fazenda Nacional (CAVALCANTE; MISUMI; RUDGE, 2005).

O que é o COPOM?

Comitê de Política Monetária (Copom)

O Comitê de Política Monetária (Copom) é o órgão do Banco Central, formado pelo seu Presidente e diretores, que define, a cada 45 dias, a taxa básica de juros da economia – a Selic.

As reuniões normalmente ocorrem em dois dias seguidos e o calendário de reuniões de um determinado ano é divulgado até o mês de junho do ano anterior.

A reunião do Copom segue um processo que procura embasar da melhor forma possível a sua decisão. Os membros do Copom assistem a apresentações técnicas do corpo funcional do BC, que tratam da evolução e perspectivas das economias brasileira e mundial, das condições de liquidez e do comportamento dos mercados. Assim, o Comitê utiliza um amplo conjunto de informações para embasar sua decisão. Depois, a reunião é reservada para a discussão da decisão entre os membros. A decisão é tomada com base na avaliação do cenário macroeconômico e os principais riscos a ele associados. Todos os membros do Copom presentes na reunião votam e seus votos são divulgados. As decisões do Copom são tomadas visando com que a inflação medida pelo IPCA se situe em linha com a meta definida pelo CMN.

A decisão do Copom é divulgada no mesmo dia da decisão por meio de Comunicado na internet. As Atas das reuniões do Copom são publicadas no prazo de até seis dias úteis após a data da realização das reuniões. Normalmente, as reuniões do Copom ocorrem em terças e quartas-feiras e a ata é divulgada na terça-feira da semana seguinte, às 8:00.

Uma vez definida a taxa Selic, o Banco Central atua diariamente por meio de operações de mercado aberto – comprando e vendendo títulos públicos federais – para manter a taxa de juros próxima ao valor definido na reunião.

A taxa de juros Selic é a referência para os demais juros da economia. Trata-se da taxa média cobrada em negociações com títulos emitidos pelo Tesouro Nacional, registradas diariamente no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic).

Para que a política monetária atinja seus objetivos de maneira eficiente, o Banco Central precisa se comunicar de forma clara e transparente. Além do comunicado e da ata da reunião, o Banco Central publica, a cada trimestre, o Relatório de Inflação, que analisa a evolução recente e as perspectivas da economia, com ênfase nas perspectivas para a inflação.

Fonte: BACEN. Comitê de Política Monetária (Copom).

Comitê de Política Monetária (Copom)

4. Política Cambial

Todos os dias as cotações moedas de diferentes países são apresentadas em diferentes jornais, como pode-se observar a cotação de algumas das principais na tabela 1.

Tabela 1 - Cotação de moedas do dia 4 de julho de 2019

Moeda	Variação	Cotação
Dólar Turismo	-0,75%	R\$ 3,95
Libra	-0,63%	R\$ 4,78
Peso Argentino	0,66%	R\$ 0,09
Euro	-0,63	R\$ 4,28

Fonte: UOL.

A taxa de câmbio expressa quanto a moeda nacional custa em relação a outra moeda. A taxa de câmbio é importante porque ela propicia uma intermediação entre os residentes e não-residentes de um país. Ou seja, o balanço de pagamentos é totalmente influenciado pela taxa de câmbio, bem como as exportações e importações, entradas de capitais estrangeiros, volume de reservas etc. (CARVALHO; SILVA, 2000).

Uma desvalorização do câmbio aumenta a competitividade das exportações do país, impacta positivamente na geração de empregos e renda interna, mas também pode causar inflação com a elevação dos preços e perda do poder aquisitivo da população. Além disso, dependendo de quanto o país precisa de insumos importados para produzir, os custos de produção podem impactar negativamente. Por outro lado, uma valorização do câmbio, aumenta as importações, porque o produto externo fica mais barato e impacta negativamente na produção nacional. Por isso, o tema de política cambial é muito sensível pelas ambiguidades dos efeitos que produz na economia interna.

Como é determinada a taxa de câmbio?

Há vários fatores que são determinantes, porém o regime cambial é decisivo, ou seja, a regra que a autoridade monetária adota para o país vai dizer qual é o tipo de taxa de câmbio que será praticado (CARVALHO; SILVA, 2000). Vejamos os dois tipos básicos de regimes cambiais de acordo com Carvalho e Silva (2000, p. 150):

- Regime cambial fixo: O Bacen fixa o preço de uma moeda estrangeira em moeda nacional. A autoridade monetária garante a conversão da moeda estrangeira em nacional, e vice-versa, àquele preço. Todas as transações com o exterior que envolvam entrada e saída de divisas obedecerão à taxa de câmbio fixa para converter as moedas.

- Regime de taxas de câmbio flexíveis ou flutuantes: O Bacen permite que o mercado cambial dite o preço da moeda estrangeira. De um lado há aqueles que procuram moeda estrangeira como importadores, turistas que irão ao exterior, e de outro lado aqueles que buscam a moeda nacional em troca da estrangeira como os exportadores, turistas estrangeiros que vieram para o país, entre outros. Dificilmente se vê um país com um regime flexível estrito (denominado de flutuações limpas), pois a política monetária tem uma relação estreita com o mercado cambial, e num regime totalmente flexível de taxas flutuantes o governo perde o controle sobre a oferta monetária. É comum ver os Bancos Centrais intervindo em diferentes países no mercado cambial, que as autoridades monetárias compreendam que sejam convenientes para a sua política monetária, também sendo denominada essa prática de flutuações sujas. Geralmente, os países têm feito adaptações desses regimes.

Em geral, aqueles países que usualmente utilizam o câmbio fixo em relação a outra moeda, este procedimento pode ser considerado uma âncora. Logo, “adotar um regime de taxas fixas significa ancorar o valor de uma moeda no de outra, ou de uma cesta de moedas” (CARVALHO; SILVA, 2000, p. 151).

5. Políticas de Rendas

Assim como as demais políticas já vistas a política de rendas tem por finalidade interferir na distribuição de renda, diminuir a pobreza e interferir no meio circulante.

O governo pode interferir nos salários, encargos, distribuição de resultados da atividade econômica, sistemas de preços.

No Plano Cruzado por exemplo, o governo tabelou preços, na tentativa de controlar a inflação. O aumento do salário mínimo também tem um impacto em toda a economia e na gestão orçamentária do governo. Também pode interferir no consumo das famílias e ser usado para estimular a economia. Com a implantação do Plano Real, o governo foi reduzindo sua ação por meio de políticas de renda, e atualmente, a ação por meio de políticas de renda no Brasil foi diminuindo comparativamente com a década de 80 e 90 (PORTAL DA EDUCAÇÃO, 2019).

Sugestão de leitura:

É hora de mudar a política de reajuste do salário mínimo no Brasil?

Resumo: A jornalista elaborou um artigo observando a opinião de alguns economistas sobre a política aplicada ao salário mínimo no Brasil e seus impactos para o trabalhador, pois o Governo de Bolsonaro acabava de decretar que o salário mínimo não terá aumento real em 2020. O artigo mostra que a política de controle dos salários está longe de ter um consenso pelos economistas. Apresentou um gráfico com os aumentos do salário mínimo real desde maio de 2005 até janeiro de 2019, e percebe-se que o maior aumento real foi em abril de 2006. Os cálculos do Dieese mostram que o salário mínimo serve de referência para 48 milhões de brasileiros, mas hoje a informalidade cresceu muito, há muitos desempregados e aumentar o salário mínimo diante deste quadro nem sempre reduz as desigualdades e situação de pobreza devido a precarização das relações de trabalho.

Reflexão: Diante da sua leitura das diferentes opiniões dos economistas, um aumento do salário mínimo diminuiu a situação de desigualdade econômica no Brasil?

Entretanto, no Brasil a diferença de renda dos mais ricos é muito superior aos dos mais pobres, como as políticas econômicas podem contribuir para reduzir este conflito distributivo de renda?

Caros acadêmicos,

Espero que tenham aproveitado a leitura do E-book que também serve como base de alguns conteúdos abordados na disciplina de Políticas Econômicas e Contemporâneas. O objetivo foi, além de ser leitura base, também ser inspirador e motivador para futuras pesquisas sobre diferentes aspectos que envolvem as políticas econômicas e como elas que impactam sobre os demais campos.

A política econômica traçada pelo governo é fundamental para o desenvolvimento do país.

Bons estudos!

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Comitê de Política Monetária (Copom). **Série perguntas mais frequentes**. Julho 2016. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/conteudo/home-ptbr/FAQs/FAQ%2003-Copom.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Comitê de Política Monetária (Copom)**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/copom>. Acesso em: 03 jul. 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Recolhimentos compulsórios**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/recolhimentoscompulsorios>. Acesso em: 04 jul. 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Quadro de Recolhimentos compulsórios/Encaixe**. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/Documents/sistema_pagamentos_brasileiro/Resumo_aliquotas_compuls%C3%B3rios.pdf. Acesso em: 04 jul. 2019.

BERCHIELLI, F. O. **Economia Monetária**. São Paulo: Saraiva, 2000.

CARVALHO, F. J. C.; SOUZA, F. E. P.; SICSÚ, J.; PAULA, L. F. R.; STUDART, R. **Economia monetária e financeira**. São Paulo: Campus, 2000.

CAVALCANTE, F.; MISUMI, J. Y.; RUDGE, L. F. **Mercado de Capitais: O que é, como funciona**. 6º ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

DICIONÁRIO FINANCEIRO. **O que é política monetária?** Disponível em: <https://www.dicionariofinanceiro.com/politica-monetaria>. Acesso em: 02 jul. 2019.

LOPES, J. C.; ROSSETTI, J. P. **Economia Monetária**. 7º ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MONTORO FILHO, A. F.; TROSTER, R. L. Introdução à teoria monetária. *In*: Equipe de professores da USP. **Introdução à Economia**. São Paulo: Saraiva, 2001, pp. 341-364.

PORTAL DA EDUCAÇÃO. Disponível: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/administracao/politica-de-rendas/29594>. Acesso: 04 jul. 2019.

UOL. **Cotação do dólar turismo**. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/cotacoes/cambio/dolar-turismo-estados-unidos>. Acesso em: 04 jul. 2019.

TUON, L. É hora de mudar a política de reajuste do salário mínimo no Brasil? **Exame**. 22 abr. 2019. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/economia/e-hora-de-mudar-a-politica-de-reajuste-do-salario-minimo-no-brasil>. Acesso em: 05 jul. 2019.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE DO PARANÁ
UNICENTRO**

**NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - NEAD
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - UAB**

Prof. Ms. Cleverton Fernando Salache
Coordenador Geral Curso

Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida Crissi Knuppel
Coordenadora Geral NEAD / Coordenadora Administrativa do Curso

Prof. Ms. Ari Schawns
Coordenador de Tutoria

Prof.^a Ms.^a Marta Clediane Rodrigues Anciutti
Coordenadora de Programas e Projetos / Coordenadora Pedagógica

Murilo Holubovski
Designer Gráfico

xb100 / Freepik
Elementos gráficos